

O PERFIL DOS PROFESSORES-AS DE GEOGRAFIA NO BRASIL: ANÁLISE DOS DADOS DO CAGED.

Rodrigo Coutinho Andrade¹

RESUMO

Observa-se nos dias atuais diferentes iniciativas para o controle-regulação do trabalho docente por meio do refino dos mecanismos gerenciais, assim como a ascensão das novas formas de contratação que aviltam sua reprodução social-material. Porém, ao especificarmos as singularidades do processo de intensificação da precariedade dos-as professores-as, nota-se que o dilema se amplia em virtude das assimetrias do rendimento médio mensal, indissociável da própria composição dos docentes nas etapas da Educação Básica, considerando o gênero e a raça. Neste sentido, tomamos como objeto da-de pesquisa as desigualdades materiais no corpo da docência em Geografia na Educação Básica ao longo do ano de 2022, identificando como problema as particularidades da precarização. Objetivamos, dentro deste cenário, expor analiticamente o perfil do magistério em Geografia na Educação Básica ao longo do ano discriminado por meio dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), intencionado a comprovação das dissimetrias apontadas. Trata-se de uma pesquisa básica, de caráter explicativo, de cunho bibliográfico-documental, tomando como principal fonte de dados os números expostos pelo CAGED. Como resultado, podemos indicar que em 2022 as professoras eram majoritárias apenas nos Anos Finais do Ensino Fundamental – etapa de ensino com o pior rendimento no universo da pesquisa –, o rendimento médio mensal dos docentes brancos alcançou quase o dobro das docentes negras, e está ocorrendo redução significativa dos jovens na docência em Geografia – assim como na totalidade.

Palavras-chave: Professor de geografia, Precariedade docente, Racismo estrutural.

RESUMEN

Actualmente, observamos diversas iniciativas para controlar y regular el trabajo docente mediante el perfeccionamiento de los mecanismos de gestión, así como el auge de nuevas formas de contratación que degradan su reproducción sociomaterial. Sin embargo, al examinar las singularidades del proceso de intensificación de la precariedad docente, observamos que el dilema se ve amplificado por las disparidades en el ingreso mensual promedio, inseparables de la composición del profesorado en las etapas de Educación Básica, considerando género y raza. En este sentido, nuestro objetivo de investigación son las desigualdades materiales en el profesorado de Geografía en Educación Básica a lo largo de 2022, identificando las particularidades de la

¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc-UFRRJ); Docente do Departamento de Geografia do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, do PPGEduc-UFRRJ, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO-FFP/UERJ).

precariedad como un problema. En este contexto, nos proponemos exponer analíticamente el perfil de la docencia de Geografía en Educación Básica a lo largo del año, desglosado a partir de datos del Registro General de Personas Ocupadas y Desempleadas (CAGED), con el fin de corroborar las disimetrías identificadas. Se trata de una investigación básica, explicativa, bibliográfica y documental, utilizando las cifras presentadas por el CAGED como fuente principal de datos. Como resultado, podemos indicar que en 2022 las docentes mujeres eran mayoría solo en los últimos años de la primaria —la etapa educativa con menor desempeño en el universo investigado—, el ingreso mensual promedio de las docentes blancas alcanzaba casi el doble que el de las negras, y hay una reducción significativa en el número de jóvenes que enseñan geografía —así como en la docencia en general.

Palabras clave: Profesor de geografía, Precariedad docente, Racismo estructural.

INTRODUÇÃO

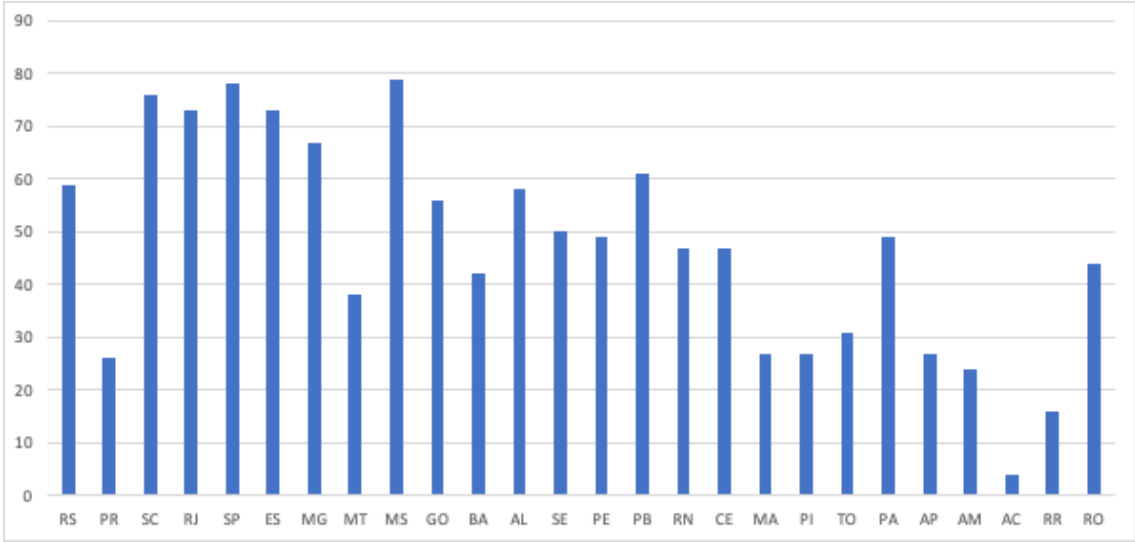
Observa-se nos dias atuais uma ofensiva caleidoscópica sobre o trabalho docente no Brasil, inexorável das transformações em andamento no-para-o processo formativo inicial por meio da Resolução CNE/CP nº 4/2024 (Brasil, 2024), para a reificação do receituário hegemônico sobre a relação ensino-aprendizagem, incluindo tanto os ditames gerenciais *quantofrênicos* (Gaulejac, 2007) para a efetivação do currículo-aferido-mensurado – nos referimos à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) avaliada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), resultando no indicador de desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em conjunto com o Indicador de Fluxo Escolar – que intencionam o pragmatismo para ensinar *a Geografia que se quer que se ensine*, quanto as novas morfologias do labor (Antunes, 2019; Venco, 2019). Em outros termos, trata-se da combinação refinada do *accountability* educacional (Afonso, 2009) em tempos de elevação da regulação-responsabilização dos-as professores-as pelos resultados significados – sob a ótica hegemônica do capital – como signo de qualidade (Chirinéa; Brandão, 2015), da intensificação da precariedade do trabalho docente por meio das novas formas de contratação – eventual, temporária, e até *uberizada* –, e da ampliação real e relativa das atividades profissionais cotidianas – não descartando as distintas formas ideológico-conservadoras para a criminalização da prática pedagógico-curricular (Frigotto, 2017).

Isto ocorre em um cenário de intensificação da crise para a reprodução social e material dos-as professores-as brasileiros-as que pode ser evidenciado tanto nos casos de absenteísmo-adoecimento, quanto em questões materiais quando comparados aos mesmos profissionais dos países pertencentes à Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE). Acerca do primeiro, podemos tomar como exemplo os-as professores-as da rede estadual de São Paulo que atuaram em Campinas ao longo de 2014-2024, onde 12,8 mil se afastaram por problemas psicológicos no período discriminado, ou os-as 112 docentes que se distanciaram do cotidiano escolar por dia no estado acima discriminado sob a mesma razão (Globo, 2025).

Já em comparação aos países da OCDE, podemos tomar como fato o elevado esforço quando comparado as-os professores-as dos países pertencentes à organização discriminada, no qual os-as docentes brasileiros-as trabalharam 94 horas a mais em 2023, em turmas com maior quantitativo de alunos-as mensurado em aproximadamente 15 discentes a mais, com salários abaixo da metade – em média 48% – (OCDE, 2024; Andrade, 2023), indissociável da elevada inadequação-polivalência – tomando o Ensino Médio como referência, 63,4% dos-as docentes que lecionaram Geografia no Brasil ao longo do ano de 2024 estavam adequadamente formados (INEP, 2025) –, e com a ascensão da forma contratual temporária para além dos vínculos estáveis nos sistemas estaduais de ensino no mesmo ano (INEP, 2025).

Figura 1 – Adequação da Função Docente em Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental de acordo com as unidades federativas brasileiras - (2022).



Fonte: INEP (2025).

Tabela 1 – Vínculo contratual dos-as professores-as da Educação Básica acordo com os diferentes sistemas públicos de ensino – Brasil (2017-2024).

Ano	Concursado-efetivo-estável			Contratação Temporária		
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal

2017	29.927	436.202	857.235	5.833	255.444	297.820
2018	31.032	403.289	847.315	5.618	275.942	301.036
2019	32.212	393.902	842.284	5.201	266.155	302.719
2020	32.968	388.504	838.455	4.384	252.214	299.107
2021	32.655	356.524	861.783	4.174	291.959	291.246
2022	32.619	340.049	823.652	4.664	360.913	405.905
2023	33.049	320.987	822.518	5.229	356.008	439.666
2024	33.429	331.440	810.954	5.061	331.971	463.421

Fonte: INEP (2025 – grifos do autor).

No entanto, dentre tantos fenômenos pertinentes ao coetâneo momento crítico da docência em nosso país, existem contradições mais profundas quando analisamos os dados institucionais (Brasil, 2025) com maior afinco, correlatos principalmente ao gênero e a raça-etnia – no qual tomamos como objeto de estudo considerando a ciência geográfica na Educação Básica. Neste sentido, tomamos como problema da presente pesquisa a “contradição” no âmago da precariedade - ou a precariedade dentro da precarização - em decorrência da formação social-histórico-geográfica-econômica brasileira, que congrega orgânico-conjunturalmente elementos que desvelam a complexidade fenomênica em exame, nos colocando a seguinte questão: o que a intensificação da precariedade, tomada de forma ampliada, contém de específico e de forma inexorável da historicidade-contemporaneidade do-no trabalho docente? Destarte, definimos como hipótese de que para além das parcas condições materiais para a reprodução social e material, existem elementos diferenciais acerca das questões raciais e de gênero entre os-as professores-as de Geografia – que pode também ser correlata à totalidade do-no labor.

Destarte, objetivamos analisar, por meio dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) (Brasil, 2025), o perfil dos-as professores-as de Geografia que atuaram no Brasil ao longo do ano de 2018-2021 para revelar parte das contradições inerentes ao problema discriminado. Trata-se de uma pesquisa básica, de cunho explicativo, que tecnicamente se respalda pelo levantamento e análise dos dados institucionais coletados e sistematizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e, em parte, pelo INEP. A justificativa reside tanto na não apreciação da especificidade temática ainda em nosso país por meio dos dados que tomamos como cerne, certificado após busca em ancoradouros virtuais de artigos científicos como o

SciELO e o *Google Acadêmico*, em anais de eventos da ciência geográfica no Brasil, assim como nos bancos de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD-IBICT), quanto na contribuição para a produção de conhecimentos novos sobre o trabalho docente em Geografia na Educação Básica.

De forma introdutória, podemos afirmar que existem disparidades, entre os-as docentes de Geografia que atuaram na Educação Básica ao longo do ano de 2021, em relação à composição por gênero entre as diferentes etapas de ensino, à média salarial mensal entre homens-mulheres-brancos-negros, e o perfil etário dos-as professores da ciência discriminada acima.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se insere em um conjunto de pesquisas acerca do trabalho docente no Brasil, imerso tanto na peculiaridade escalar nacional-regional, quanto nas vicissitudes da escala ampliada por meio do exame dos países pertencentes à OCDE. Para tal, nos ancoramos em procedimentos metodológicos bibliográfico-documentais, tomando como princípio o estudo de parte do referencial bibliográfico sobre a temática em voga, os documentos institucionais que se destinam para a concreção das políticas públicas para a educação brasileira em todos os níveis e modalidades de ensino, e os dados educacionais coletados e sistematizados tanto pelo INEP, quanto pelo CAGED.

No presente momento utilizamos com maior profundidade as informações contidas no CAGED (Brasil, 2025), mais especificamente no perfil das “ocupações e o mercado de trabalho (assalariado formal)”, no qual se evidencia o mercado de trabalho, o perfil do trabalhador, a remuneração, o perfil do empregador, a distribuição geográfica, e o histórico de vagas. Para a coleta de informações, tomando todas as dimensões-variáveis supracitadas, inserimos o termo “Professor de Geografia” para a busca no *site*, onde alcançamos três categorias: “Professor De Geografia Do Ensino Fundamental” – código 231320 –, “Professor De Geografia Do Ensino Médio” – código 232135 –, e “Professor De Geografia Do Ensino Superior” (Brasil, 2025), sendo apenas os dois primeiros selecionados neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa indicam elementos fundamentais para entendermos as particularidades no-do processo de intensificação da precariedade docente em suas vicissitudes – que tangem o gênero e a raça. O primeiro é a distribuição dos-as professores-as nas diferentes etapas da Educação Básica ao longo do ano de 2018-2021, sendo nos Anos Finais do Ensino Fundamental verificado a predominância do gênero feminino em 55,07% – no total a média foi, em 2021, de 66% aproximadamente (INEP, 2025) –, enquanto no Ensino Médio sua presença alcançou 48,9% (Brasil, 2025) – sendo 56,7% no total, considerando o mesmo ano acima (INEP, 2025). Podemos acrescer, no que tange à dinâmica processual, que houve significativa ampliação do quantitativo de professores-as de Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental ao mesmo tempo em que se observou a retração no total; e sobre os-as docentes que atuaram na última etapa de ensino da Educação Básica se confirma a redução no mesmo momento de ampliação do total dos-as professores-as na última etapa de ensino da Educação Básica². Um singelo paradoxo.

Tabela 2- Distribuição dos-as docentes de Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental de acordo com o gênero - Brasil (2018-2021).

Ano	Total	Homens	Mulheres
2018	11.175	4.726	6.449
2019	12.020	5.218	6.802
2020	11.511	5.228	6.283
2021	12.971	6.041	6.930

Fonte: Brasil (2025).

Tabela 3 - Distribuição dos-as docentes de Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental de acordo com o gênero e a raça - Brasil (2018-2021).

Ano	Mulher negra	Mulher branca	Homem negro	Homem branco
2018	2.013	3.702	1.560	2.639

² Entre 2018 e 2021, o quantitativo de docentes que atuaram no Ensino Médio ampliou de 513.403 para 516.484, e nos Anos Finais do Ensino Fundamental tal dado oscilou de 763.831 para 752.667 (INEP, 2025).

2019	2.063	3.667	1.712	2.821
2020	1.931	3.341	1.696	2.738
2021	2.093	3.624	1.960	3.083

Fonte: Brasil (2025).

Especificamente, debruçando-nos sobre as variáveis dispostas e ainda acerca dos Anos Finais do Ensino Fundamental, cabe ressaltar algumas particularidades. A primeira trata da redução total e entre as docentes após 2020, em razão – tomado aqui como hipótese – do período pandêmico, vide a expansão considerável no ano posterior no qual as atividades presenciais foram retomadas – o que logra pistas sobre a *lioofilização* reificada ao longo desse processo em suas endogenias singulares. A segunda, inexorável do primeiro apontamento, é que o desligamento de docentes de Geografia que atuaram nesta etapa de ensino da Educação Básica em questão recaiu com significância sobre as professoras. Por fim, o total de docentes do gênero masculino ampliou de forma contínua, e mesmo que o maior número de docentes seja de brancos-as, o crescimento total após 2020 foi tímido entre as professoras negras, que obteve o pior percentual de acréscimo em comparação aos demais.

Já em relação ao Ensino Médio, como afirmamos anteriormente, a redução ocorreu de modo contínuo entre os homens e as mulheres, com maior impacto total e percentual para as últimas. Inexorável deste fato, e comparando os anos de 2018 e 2021, somente entre os docentes negros a ampliação ocorreu no quantitativo de professores-as, sendo verificado a mais abrupta redução entre as docentes brancas. Mas, mesmo assim, o número de professores-as negros-as é menor percentualmente nesta etapa de ensino da Educação Básica.

Tabela 5 - Distribuição dos-as docentes de Geografia Ensino Médio de acordo com o gênero - Brasil (2018-2021).

Ano	Homens	Mulheres
2018	6.640	7.118
2019	6.394	6.971
2020	6.110	5.787
2021	6.003	5.664

Fonte: Brasil (2025).

**Tabela 6** - Distribuição dos-as docentes de Geografia Ensino Médio de acordo com o gênero - Brasil (2018-2021).

	Mulher branca	Mulher negra	Homem branco	Homem negro
2018	5.276	1.447	4.114	1.759
2019	5.110	1.436	4.077	1.732
2020	4.045	1.308	3.760	1.711
2021	3.845	1.416	3.549	1.828

Fonte: Brasil (2025).

Isto recai de modo profícuo, em ralação à análise proporcional, sobre a pertinência entre o gênero e as etapas de ensino da Educação Básica, pois é notória a maior presença feminina no cômputo total nos espaços de inferior rendimento mensal, inexorável da proporção de professores-as negros-as – como veremos adiante. Cabe acrescentar que a ampliação do quantitativo nos Anos Finais do Ensino Fundamental teve protagonismo dos professores, e a redução da participação em termos absolutos recaiu sobre a mulher branca. Já no Ensino Médio, a partir de 2020, o quantitativo de professores de Geografia superou o número de professoras, com maior participação dos brancos quanto tomado comparativamente aos docentes negros. Por fim, verificamos que a composição étnico-racial também apresenta outra dissimetria, pois nos Anos Finais do Ensino Fundamental a presença de docentes negros-as foi inferior – 23,99%; fato também verificado no Ensino Médio – 24,63% (Brasil, 2025).

O segundo fato pertine ao rendimento dos-as professores-as brancos-as e negros-as. Os dados apresentam, em relação ao ano de 2021, elevada diferença no que tange à composição étnico-racial do magistério em Geografia no Brasil, desfavorecendo em números significativos os-as docentes negros-as. Tomando o Ensino Médio como exemplo para comprovação, no mesmo ano acima discriminado, as docentes negras tiveram uma média salarial mensal 32,26% aquém das professoras brancas, enquanto entre os homens a diferença alcançou o *quantum* de 16,48% (Brasil, 2025). Acresço que o valor médio da hora-aula entre as mulheres negras e os homens brancos, na mesma etapa de ensino da Educação Básica mencionada acima, alcançou 19,67 reais em desfavor às docentes negras, sendo que os professores brancos receberam por hora-aula R\$ 40,15 – em outros termos, quase o dobro.

Tabela 7 – Valor da hora-aula dos-as docentes de Geografia dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de acordo com o gênero e a raça - (Brasil, 2018-2021).

Ano	Mulher branca	Mulher negra	Homem branco	Homem negro
-----	---------------	--------------	--------------	-------------



2018	23,07	21,38	27,39	22,9
2019	24,99	21,75	28,83	24,09
2020	29,09	23,33	32,68	25,1
2021	35,07	29,66	34,11	28,53

Fonte: Brasil (2025).

Tabela 9 - Valor do rendimento médio mensal (em reais) dos-as docentes de Geografia dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de acordo com o gênero e a raça - (Brasil, 2018-2022).

Ano	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
2018	2.932,62	2.636,78	2.833,81	2.744,17
2019	3.081,55	2.837	2.953,75	2.852,52
2020	3.340,15	2.941,56	3.360,56	3.072,2
2021	3.662,11	3.367,98	4.101,83	3.810,57

Fonte: Brasil (2025).

Fonte: Brasil (2025).

Tabela 10 - Valor da hora-aula (em reais) dos-as docentes de Geografia Ensino Médio de acordo com o gênero e a raça - (Brasil, 2018-2022).

Ano	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
2018	39,73	41,47	44,09	32,39
2019	42,02	33,54	46,07	34,1
2020	44,95	34,63	49,51	36,16
2021	47,18	36,96	50,42	37,2

Fonte: Brasil (2025).

Tabela 11 - Valor do rendimento médio mensal (em reais) dos-as docentes de Geografia dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de acordo com o gênero e a raça - (Brasil, 2018-2021).

Ano	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
2018	4.403,47	3.579,47	5.155,13	4.100,45
2019	4.632,94	3.928,52	5.347,84	4.357,07
2020	4.885,76	3.994,31	5.654,61	4.578,4
2021	5.013,86	4.514,66	5.704,78	4.954,41

Por fim, destacamos que dentre os-as professores-as de Geografia se observa o mesmo fenômeno da docência no Brasil, assim como entre os países pertencentes à OCDE, que se trata da subtração de jovens e, consecutivamente, a ascensão de adultos e idosos. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, apenas 4,38% dos-as docentes de Geografia em 2023 eram jovens até 29 anos, enquanto no Ensino Médio este universo alcançou 5,3% no mesmo ano (Brasil, 2025). Acreditamos que isto ocorre tanto em

razão da desvalorização do magistério ao longo dos últimos anos, pois se observa um movimento tendencial, quanto pela forma atual de contratação dos sistemas públicos de ensino, que privilegiam a forma temporária – esta, por conseguinte, favorece docentes com maior tempo de experiência nos processos seletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões da presente pesquisa propositada indicam que para além do processo de intensificação da precariedade docente, considerando a remuneração média mensal no Brasil e em comparação aos países da OCDE, existem elementos que aprofundam o debate. O primeiro se refere à diferenciação entre gênero e raça-etnia no corpo docente de Geografia na Educação Básica, sendo verificado maior presença feminina nos espaços de menor rendimento. O segundo elemento é disparidade da remuneração média mensal entre brancos-as e negros-as no mesmo universo adotado nesta pesquisa. Por fim, concluímos que há uma tendência em curso no campo disciplinar em questão, observada também entre todos-as professores-as em nosso país, assim como na média observada da OCDE, que trata da retração dos-as jovens nas salas de aula.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Políticas avaliativas e accountability em educação: subsídios para um debate ibero-americano. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, v. 9, n. 1, p. 57-70, 2009.

ANDRADE, Rodrigo Coutinho. Considerações acerca da BNC-Formação e as novas morfologias do trabalho: o professor de novo tipo. **Terra Livre**, v. 1, n. 60, p. 121-156, 2023.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo precariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4/2024, de 29 de maio de 2024**. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192>. Acesso em: 11 de abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasília, DF. MTE, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/microdados-raises-caged>>. Acesso em: 11 de abr. 2025.

CASTRO, Y., et. al. Rede estadual de Campinas tem 12,8 mil afastamentos de professores por problemas de saúde mental em 10 anos. **Globo**, São Paulo, 26 mar. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2025/03/26/rede-estadual-de-campinas-tem-128-mil-afastamento-de-professores-por-problemas-de-saude-mental-em-10-anos.ghtml>>. Acesso em: 10 de abr. 2025.

CHIRINÉA, A., M.; BRANDÃO, C. da F. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 23, p. 461-484, 2015.

FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido**. Rio de Janeiro: LPP/Uerj, 2017.

GAULEJAC, V. de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

INEP. **Censo Escolar – 2024**. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 10 de abr. 2025.

OCDE. **Education at a Glance 2023**. Paris: OCDE, 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2023_e13bef63en.html>. Acesso em: 10 de abr. 2025.

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 1, 2019.

